

O Empresariado nacional, a transição democrática brasileira e o novo pacto político.

Autoria: Karina Regina Vieira Bazuchi

RESUMO

O objetivo central do presente artigo é abordar, através de um ensaio teórico, as seguintes questões: Por que a burguesia industrial não é ator central no pacto político que se configura após a transição democrática no Brasil? Como ela interage com outros atores do novo pacto político e entre si, como grupo composto por interesses comuns e divergentes? Centrais para o estudo são os conceitos de pactos políticos e burguesia industrial. Através de uma perspectiva histórica e de uma análise institucional, o trabalho é estruturado de modo a abordar desde o surgimento da burguesia industrial nacional dentro do contexto da revolução capitalista brasileira até o período pós-reformas liberais dos anos 1990. As reformas dos anos 90 tiveram efeitos tanto no âmbito econômico como no âmbito político, sobretudo no que diz respeito à reconfiguração dos atores, à recomposição dos interesses e à organização de suas estratégias de representação. Consideram-se as características da composição da burguesia industrial no período e como ela interagiu com o Estado, o capital estrangeiro e entre si, através de mecanismos de coordenação. Por fim, questiona-se o papel da burguesia industrial no novo pacto político, como ela se relaciona com o capital estrangeiro e as formas de organização coletiva que adota. Os principais achados do presente estudo teórico indicam que a burguesia industrial caracterizou-se pelo pragmatismo doutrinário-ideológico, demonstrando extrema flexibilidade nas sucessivas adaptações a posturas de maior ou menor alinhamento com um papel mais ativo do Estado na defesa de estratégias nacionais. Sua fragilidade exposta na transição democrática e na falta de protagonismo evidente durante o período de reformas pró mercado deve-se em grande parte à sua incapacidade de formular plataformas incorporando demandas de outros setores e de interagir com a burocracia estatal também de forma autônoma. Por outro lado, o desempenho dos grupos econômicos e sua inserção no sistema político evidenciam o desenvolvimento de um arranjo institucional de representação particular às instituições que se consolidaram no país. Ademais, a lógica de representação dos interesses do empresariado sofre grande alteração no período. Se durante o nacional desenvolvimentismo o mercado era protegido e as estruturas oficiais de organização dos interesses das classes tinham caráter compulsório, o novo período adota a abertura pautada na competição e o princípio de adesão voluntária como marco na organização da ação coletiva do empresariado (Diniz e Boschi, 2003).

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central responder às seguintes questões: Por que a burguesia industrial não é ator central no pacto político que se configura após a transição democrática no Brasil? Como ela interage com outros atores do novo pacto político e entre si, como grupo composto por interesses comuns e divergentes?

Para alcançar o objetivo proposto será adotada uma perspectiva histórica, analisando-se o surgimento da burguesia e a sua participação nas diversas configurações de poder das classes sociais do Brasil.

O surgimento da burguesia é condição necessária para a formação do Estado-nação e para o desenvolvimento permanente da sociedade. O Estado-nação é responsável pela defesa das fronteiras e pelo desenvolvimento de um mercado interno para o desenvolvimento industrial no país. É uma construção que supõe uma razoável coesão social, coordenando os conflitos de classes de uma sociedade em torno de suas similaridades: história, símbolos e sentimento de destino comum. Ele é o instrumento que a sociedade politicamente organizada utiliza para realizar seus objetivos comuns no plano político, além de regular e coordenar sua ação econômica e social (Bresser, 2009).

Por outro lado, a burguesia depende de uma série de instituições cujas regras devem ser continuamente negociadas entre os diversos setores da atividade produtiva, entre diferentes níveis de representação do empresariado, bem como entre associações empresariais e sindicatos. Regras estas que dependem em última instância do legislativo e/ou do executivo (Schneider e Soskice, 2009). Assim, dado que a burguesia realiza grandes investimentos de longo prazo (como em técnicas, produtos e tecnologias), deverá buscar assegurar sua representatividade política.

O trabalho está estruturado em quatro partes, esquematizadas a seguir. A primeira parte descreve resumidamente o surgimento da burguesia industrial nacional dentro do contexto da revolução capitalista brasileira. A segunda parte apresenta os pactos políticos e as coalizões de classes que forneciam as bases para sua sustentação no período de 1930 a 1980, caracterizado pelo nacional desenvolvimentismo. Esta seção destaca em sua apresentação as características da composição da burguesia industrial no período e como ela interagia com o Estado, o capital estrangeiro e entre si, através de mecanismos de coordenação. A terceira parte busca explicar as mudanças que levaram ao fim do pacto desenhado na transição democrática e o início de um novo modelo liberal. Por fim, a quarta parte questiona o papel da burguesia industrial no novo pacto político, como ela se relaciona com o capital estrangeiro e as formas de organização coletiva que adota.

2. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL NO BRASIL

O estabelecimento industrial brasileiro foi predominantemente formado por capital nacional. Suas bases estão ligadas à Primeira Guerra Mundial e às dificuldades de importações de bens que até então não eram produzidos no mercado interno, bem como pela vinda de imigrantes e do acúmulo inicial gerado pelo capitalismo comercial que predominava no país.

Desde o surgimento da burguesia nacional, começa a se delinear uma das características centrais das empresas no modelo capitalista brasileiro, que é sua organização através de grupos econômicos. Mais de 40% dos grupos econômicos que se formavam nesse primeiro movimento de industrialização foram fundados por imigrantes (Queiroz, 1965 apud

Evans, 1979), que traziam também capitais e conhecimentos. No núcleo, inicialmente tiveram destaque o setor têxtil e de alimentos e bebidas.

O acúmulo inicial de capital relacionado ao complexo cafeeiro permitiu a constituição de uma infra-estrutura de energia e transportes essencial para a industrialização, o estabelecimento de um sistema bancário, e o surgimento de um mercado interno para a indústria. Mas como foi indicado em pesquisa de Bresser Pereira (1994), a origem dos empresários industriais está entre os imigrantes, e não entre a oligarquia cafeeira. Sérgio Silva (1976 apud Bresser Pereira, 1994) afirma que “a burguesia industrial nascente encontra suas origens na imigração européia”, e percebe o caráter eminentemente contraditório ou dialético do café com a indústria no Brasil. As relações entre o comércio exterior e o café de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicaram, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição.

Nesse período inicial da industrialização brasileira, a interação entre capital nacional e capital estrangeiro é limitada. Contudo, esse padrão muda após a Segunda Guerra Mundial, quando grandes grupos econômicos no país passaram a apresentar controle variado, com um aumento na importância relativa do capital estrangeiro em alguns setores, como no caso do setor automobilístico.

3. OS PACTOS POLÍTICOS NO BRASIL

A revolução capitalista e a formação do Estado Nação envolve a formação de acordos nacionais entre os diversos grupos que o compõem – empresários, trabalhadores, burocracia estatal, intelectuais e classe média profissional –, de modo a garantir o alcance de objetivos comuns e coesão à nação. As diferentes configurações desses acordos, denominados pactos políticos, podem ser utilizadas como critérios para a análise de processos políticos e econômicos que caracterizaram o Brasil durante o século XX. Desse modo, é possível analisar a história política brasileira através das sucessivas coalizões de classes ou pactos políticos existentes ao longo dela, e as estratégias de desenvolvimento que perseguiam.

Até 1930 não existia no país um real projeto de desenvolvimento. Desde a independência em 1822, o Estado mantinha uma estrutura oligárquica e semi-colonial, atendendo aos interesses dos latifundiários e da burocracia patrimonial. A grande mudança na sociedade brasileira ocorre a partir de 1930, quando o país passa a adotar uma estratégia nacional de desenvolvimento pautada na proteção à indústria nacional nascente e na promoção da poupança forçada por meio do Estado. Sua execução implicou em um conjunto de variáveis fundamentais para o desenvolvimento econômico, tais como o aumento da capacidade de poupança da nação, o desenvolvimento do capital humano, o aumento da coesão social e a saúde financeira do Estado. O primeiro pacto nacional popular idealizava a construção de um Estado desenvolvimentista, que garantisse a lei e promovesse uma aproximação aos níveis de desenvolvimento dos países mais avançados.

A nova coalizão de classes que prevaleceu durante o período de 1930 a 1964, denominado pacto populista, era formada pela burguesia industrial, a classe média burocrática, os trabalhadores e setores da velha oligarquia. No sistema político do período, o representante do Estado-nação tinha comunicação direta com as massas, sem a intermediação dos partidos políticos. Utilizando-se de um modelo desenvolvimentista, o pacto uniu grupos muitas vezes díspares em torno de um objetivo geral da nação. A adoção de uma estratégia de desenvolvimento acompanhou modificações na estrutura da sociedade, como a urbanização e a organização dos trabalhadores.

O pacto populista nacional-desenvolvimentista mostrou-se bem sucedido sob a liderança de Getúlio Vargas, apoiado pela interpretação nacional-burguesa dos intelectuais do

Partido Comunista, do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), e também da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Foi neste período que o corporativismo de caráter compulsório toma forma como arranjo institucional que irá prevalecer ao longo de todo o período desenvolvimentista, visto como um tipo de ordenamento público/privado que se instaura a partir da interação entre a prática dos grupos organizados e a ação estatal (Boschi, 2002).

Todavia, fatos históricos novos inviabilizaram a continuidade da grande coalizão de classes que tomava forma a partir desse governo. Por um lado, a estratégia de substituição de importações manifestou problemas em sua transição para uma industrialização capital intensiva, e o déficit público decorrente dos planos do Governo Kubitscheck (1956-1960) gerou um financiamento inflacionário. De outro, fatos históricos novos (queda vertiginosa do preço do café, medidas tarifárias protecionistas, recrudescimento do sindicalismo, revolução cubana (Bresser, 1995)), levaram as elites a romper o pacto populista e a sua aliança com a esquerda.

O regime de 1964 foi o resultado do pacto burocrático capitalista ou burocrático-autoritário, que reuniu o conjunto da burguesia, a burocracia militar e civil, excluindo, entretanto, a maior parte dos trabalhadores e os setores democráticos da classe média. O novo pacto inicia uma tríplice aliança que viria a perdurar até a etapa de transição democrática, entre burguesia industrial, burocracia pública e interesses estrangeiros.

Em relação ao capital externo de multinacionais, este ingressou no país ocupando espaço de grande relevância na consecução dos objetivos da estratégia nacional de desenvolvimento a partir da década de 1950, apesar de sua interação ora de cooperação e ora de conflito com o capital nacional.

Da Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1970, o capital industrial nacional e o capital estrangeiro interagiam tanto na forma de competição como de conflito. Enquanto muitas empresas de capital estrangeiro já tinham experiência ao atuar em outros mercados, seu desempenho local dependia da integração com a burguesia nacional e de suas raízes com a classe dominante. Já um desafio para a burguesia nacional estava em descobrir como dirigir a racionalidade da multinacional para suprir a necessidade de acumulação local.

Os principais grupos econômicos no período (de acordo com a lista das 100 maiores firmas da revista *Visão*) apresentaram formas variadas de ligação com o capital internacional. Alguns grupos, como o Votorantim, demonstraram que a incorporação no capitalismo internacional não era uma necessidade absoluta de sobrevivência como potência industrial importante no Brasil (Evans, 1979). Outros grupos adotaram uma forma intermediária de ligação, como Klabin e Matarazzo, a partir da qual as companhias líderes do grupo eram independentes, mas outras empresas estavam integradas através de parcerias com subsidiárias de multinacionais estrangeiras. O outro extremo evidencia exemplos de grupos que se incorporaram na estrutura do capital estrangeiro, como os grupos Gastão Vidigal e Villares.

O processo de integração demandaria um exame dentro de cada ramo industrial, porém algumas conclusões puderam ser verificadas sobre a comparação da estrutura de propriedade dos grupos econômicos no país nos dois períodos. O núcleo da indústria privada se tornava cada vez mais estrangeiro, enquanto o capital nacional se fortalecia nas atividades financeiras e comerciais, e crescia na indústria de construção civil.

Mas não eram apenas os interesses das multinacionais que garantiam a estabilidade de um pacto político. A partir do início dos anos 70, a interpretação da nova dependência ganhou espaço entre vários setores da sociedade e passou a substituir a interpretação dominante do pacto burocrático-autoritário. O rápido crescimento da economia nos anos 1970 foi financiado tanto por recursos internos como externos, estes disponíveis em decorrência do choque do

petróleo. Mas a decisão por crescimento por endividamento mostrou-se problemática, e o processo de modernização em rumo entrou em colapso. A condução do projeto de desenvolvimento pelos militares passou a ser questionada, principalmente após a adoção de um conjunto de medidas autoritárias no governo Geisel. Ademais, o temor da ameaça comunista já não era mais um fator integrador entre as classes da coalizão política.

A formação de uma nova coalizão política, unindo a burguesia industrial, parte da burocracia pública, movimentos de operários, sindicatos e movimentos da Igreja Católica, resultou na formação das bases para o pacto democrático-populista de 1977. Seus ideais básicos eram a luta pela democracia e pela justiça social. Este pacto chegaria ao poder em 1985, com a Nova República, e entraria em colapso em 1987, com o fracasso do Plano Cruzado, quando se evidenciou o caráter arcaico e populista de muitas das idéias da esquerda naquele momento (Bresser, 1995), além de debilidades na organização de cúpula de caráter multisetorial do empresariado.

4. CRISE NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Como foi exposto na segunda parte, as raízes da transição democrática encontram-se na formação do Pacto Democrático Populista de 1977, composto por empresários e burocratas da classe média. Todavia, esse arranjo político mostrou-se muito frágil.

O pacto político iniciado em 1977 foi bem sucedido em seu principal objetivo, ou seja, restabelecer a ordem democrática no país, mas não conseguiu preservar-se no poder. O fracasso evidenciado pelos resultados do Plano Cruzado demonstrou a fragilidade da coalizão de classes que se propunha a assumir o poder, incapaz de colocar em prática um projeto de retomada da modernização e do desenvolvimento. Quais as falhas da coalizão política e do modelo proposto?

Os legados deixados pelo regime autoritário, presentes na própria origem do pacto de 1977, inviabilizaram grande parte das propostas da coalizão de transição. A crise fiscal do Estado, a concentração de renda e a diminuição da produtividade do capital decorrentes do modelo de substituição de importações tornavam a continuidade do modelo de Estado desenvolvimentista pouco atraente. A coalizão político-democrática populista também foi incapaz de trazer novas idéias de desenvolvimento, acreditando que a substituição de importações, o déficit do governo, um sistema abrangente de subsídios estatais e políticas salariais ingênuas poderiam ser efetivas na promoção do crescimento e da distribuição de renda (Bresser, 1995). O fracasso do Plano de Estabilização foi o ápice da inviabilidade do pacto político de 1977 frente à população, que agora também eram eleitores. Conhecido como Plano Cruzado, o governo da Nova República adotou medidas como o congelamento geral dos preços, a desindexação, reforma monetária e o estabelecimento de tabelas de conversão de cruzeiros em cruzados. Sua rejeição foi expressa na derrota de Ulysses Guimarães e na vitória de Collor.

A chamada década perdida afetou diretamente o desempenho e as estratégias do empresariado. O capital externo, por um lado, viu as alternativas de projetos de investimentos que faziam parte da nova etapa de substituição de importações de modo menos atrativo. À medida que a crise internacional pós-choque do petróleo se intensificou, fatores de risco como inflação e dívida externa repeliram o capital externo de risco no país, afetando também as expectativas de empresas brasileiras fornecedoras desses projetos. E a burguesia industrial, combinando os meios de representação oficiais de caráter compulsório, com o pico de criação de associações extra corporativas (associações independentes) entre os anos 1970 e 1980, não

foi capaz de suprir as necessidades dos planos de desenvolvimento pós-choque sem o apoio do capital externo

A burguesia industrial, desmoralizada, retira-se do pacto político. Sua saída representa o término de um grande acordo nacional que se havia formado em torno da transição democrática, baseado em alianças tendo os empresários como uma das principais forças sociais. A crise do modelo nacional desenvolvimentista e a transição para um modelo centrado no mercado constituíram a tônica do novo período (Diniz, Boschi, 2003).

5. BURGUESIA INDUSTRIAL E O NOVO MODELO ECONÔMICO DOS ANOS 1990

Após um período de vácuo político e crise de governabilidade, a crise do modelo desenvolvimentista abre espaço para uma estratégia externa, denominada ortodoxia convencional (Bresser, 2009). O tripé da nova estratégia baseia-se no controle da inflação e das contas públicas; nas reformas orientadas para o mercado; e na obtenção de poupança externa para financiar o desenvolvimento. Há avanços em termos de regime político, devido à transição de um regime autoritário para um democrático, e mudanças na configuração de um novo modelo nacional influenciado pelas idéias liberais expressas no Consenso de Washington.

O Estado Dependente que caracterizou o período de 1930 a 1980 é um Estado nacionalista cuja estratégia de acumulação está condicionada pelas suas relações com a economia internacional e depende da cooperação da empresa multinacional (Evans, 1979). Ele cede espaço para um Estado Liberal. Todavia, este Estado difere daquele observado nas economias avançadas. A configuração do modelo de capitalismo no país varia em função das características de sua dotação institucional, das idéias nela difundidas e nos diferentes interesses dos atores no novo pacto político.

A teoria da dependência associada afirma que sem a participação da burguesia industrial no pacto político, a opção do Estado é associar-se com classes externas. A seguir, pretende-se apontar interpretações sobre o papel da burguesia industrial nacional no novo pacto político.

Participação no novo pacto político

As reformas dos anos 90 tiveram efeitos tanto no âmbito econômico como no âmbito político, sobretudo no que diz respeito à reconfiguração dos atores, à recomposição dos interesses e à organização de suas estratégias de representação.

Se, por um lado, a redução da participação tradicional dos empresários industriais na vida política nacional foi justificada pelo fracasso do pacto político anterior em alcançar seus objetivos de modernização e justiça social, por outro, os grupos econômicos aumentaram sua presença e articulação política. Pesquisadores de economia política argumentam que as reformas de mercado implementadas no Brasil foram em grande parte conduzidas de modo a garantir a posição privilegiada desses grupos, criando novas rendas políticas e aumentando a competição política por clientes (Maxfield e Schneider, 1997).

Assim, apesar de não integrar o novo pacto político, a classe da burguesia industrial nacional não caiu no ostracismo. Interpretações que subordinam o interesse da burguesia industrial nacional ao capital estrangeiro no período em questão parecem estar equivocadas ao não considerarem as diferenças setoriais do empresariado nacional.

O vácuo de poder que durou até 1991 foi sucedido por uma nova coalizão política dominada pelo setor financeiro, os grandes grupos econômicos e os interesses multinacionais. Os diferentes setores do capital estrangeiro aderiram ao novo modelo liberal com suas implicações de teor cosmopolita. Mudanças na política econômica do novo período enfatizaram a prioridade dada às metas estabilizadoras, através de medidas como o Programa Nacional de Desestatização, o Programa de Competitividade Industrial, a adoção de uma política monetária rígida e a abertura comercial.

A agenda liberal condizia com os interesses de parte da burguesia industrial nacional. Todavia, essa classe não contava mais com o apoio incondicional do Estado aos interesses da indústria doméstica (Diniz e Boschi, 2003). O período de transição das reformas liberais colocou em questionamento a eficácia do Estado como instituição de suporte das estratégias das empresas nacionais. A capacidade de estas controlarem o Estado passa a ser moderada pela convergência ou divergência dos interesses das multinacionais e pelos interesses de grupos empresariais dentro da própria máquina estatal.

Os grupos econômicos apresentam características como natureza hierárquica e grande número de empresas que são formal ou informalmente controladas, além de atuarem em diversos setores econômicos. Seu destaque no novo período pós-reformas é explicado em grande parte por seu acesso privilegiado a informação e capital e em parte pelo relacionamento simbiótico entre os grupos e o sistema político (Schneider, 2008). A “depuração seletiva” que ocorreu no setor industrial foi sadia para muitos grupos econômicos nacionais, enquanto para outros significou sua falência ou aquisição por empresas estrangeiras. A relação entre efeitos das reformas e conexões políticas desses grupos é um interessante tópico de pesquisa.

É necessário considerar que os efeitos das reformas dos anos 1990 sobre a burguesia industrial nacional foram assimétricos. A burguesia industrial nacional tornava-se cada vez mais um grupo complexo e de interesses distintos, de modo que a obtenção de resultados assimétricos pela participação política dependia da articulação de segmentos do empresariado específicos.

Relação com o capital estrangeiro

O fim do modelo de tripé consolidado no regime militar gerou mudanças na estrutura produtiva brasileira, entre elas a reconfiguração do peso relativo do capital estrangeiro nos segmentos da indústria e as bases para a internacionalização de empresas brasileiras.

O capital nacional aprofundou sua integração a uma rede transnacional de interesses diversos. Alguns impactos apresentados no artigo de Diniz e Boschi (2003) evidenciam o aumento do número de empresas estrangeiras e a participação ativa do capital estrangeiro na onda de fusões e aquisições que ocorreu em decorrência das reformas orientadas para o mercado.

O impacto do capital estrangeiro excede as alterações nas estruturas de propriedade das empresas localizadas no Brasil. A presença de subsidiárias de multinacionais estrangeiras foi essencial no processo de internacionalização de empresas brasileiras. O aumento da competição no mercado interno permitiu que as empresas tivessem um aprendizado sobre a competição internacional dentro de casa, elevando assim sua competitividade. Os ganhos, no entanto, eram assimétricos. A aquisição da Metal Leve, anteriormente uma das empresas mais avançadas do país, mostra um lado da “depuração seletiva”. Por outro lado, empresas como a Sabo, Metagal, WEG e Embraco emergiram numa posição muito mais competitiva no mercado internacional.

O período de substituição de importações mostrou-se eficiente em termos de crescimento da produção, todavia teve dois efeitos negativos: não soube lidar bem com estímulos a competitividade e eficiência nas empresas nacionais e criou uma cultura anti exportações que predominou no país até o final dos anos 1980. Assim, as drásticas mudanças em decorrência da abertura econômica transformaram um mercado protegido e subsidiado em um ambiente aberto e liberalizado, sob a premissa de que “a melhor política industrial é a ausência de uma”.

Estratégias de ação coletiva do empresariado

A lógica de representação dos interesses do empresariado sofre grande alteração no período. Se durante o nacional desenvolvimentismo o mercado era protegido e as estruturas oficiais de organização dos interesses das classes tinham caráter compulsório, o novo período adota a abertura pautada na competição e o princípio de adesão voluntária como marco na organização da ação coletiva do empresariado (Diniz e Boschi, 2003).

Os impactos da mudança de lógica podem ser inferidos pela comparação entre as formas de organização coletiva e os dilemas que surgem entre as opções de centralização e a difusão como mecanismos de defesa de interesses. A centralização dos interesses da burguesia industrial nacional através de uma estrutura corporativa oficial lhe garantiria maior legitimidade como grupo de interesse representativo da sociedade. Contudo, sua viabilidade dependeria da habilidade em promover serviços especializados para os diferentes setores que compõem o empresariado e de controlar *free riders* potenciais. Outro grande problema deste tipo de organização refere-se à distribuição dos ganhos resultantes de sua atuação e a contradição deste tipo de associativismo com a lógica da competição pela qual as firmas buscam desempenho superior, logo, ganhos assimétricos. Em geral, a centralização só é bem sucedida na defesa de interesses muito abrangentes. Já a representação fragmentada e especializada, através de associações independentes, reduz alguns problemas em comparação com a centralização, como os *free riders* potenciais e a busca de interesses mais específicos, que garantiriam ganhos assimétricos em comparação a outros setores industriais. No entanto, limita a ação coletiva em função da importância relativa do setor na atividade econômica do país e de seu número de players. Como consequência, no período liberal dependente a estrutura de representação do empresariado brasileiro tornou-se ainda mais fragmentada e especializada.

As entidades representativas passaram também por um processo de profissionalização e atuação como prestadoras de serviços. Sua relação com o governo ocorria principalmente na esfera legislativa, pelo lobby (denominado de relações governamentais) e pelo intercâmbio permanente sobre tramitações de projetos. Durante a década de 1990, entidades como a Fiesp, CNI, ABDI e IEDI começaram a organizar ações conjuntas na defesa de interesses do empresariado nacional, como a Ação Empresarial, tentativa de revisão constitucional em 1993 e 1994. Apesar de algumas iniciativas, a burguesia industrial ainda mostrava sua fraqueza como ator coletivo por não falar por si só, dependendo de instâncias geridas pelo Estado para se articular, sendo que seu acesso era muitas vezes informal e clientelista. O Estado no modelo liberal dependente continua atuando como fornecedor e executor das políticas econômicas do país e indutor do padrão de ação coletiva da classe empresarial.

6. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do país entre 1930 a 1970 só foi possível na medida em que a nação brasileira foi capaz de usar seu Estado como instrumento de definição e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Porém, a crise no modelo nacional desenvolvimentista, que havia assegurado amplo crescimento da produção no período em questão, demanda a formulação de um novo modelo, que seja capaz de perseguir duas metas incompletas na experiência anterior: a distribuição de renda e a competitividade produtiva.

Historicamente, a burguesia industrial caracterizou-se pelo pragmatismo doutrinário-ideológico, demonstrando extrema flexibilidade nas sucessivas adaptações a posturas de maior ou menor alinhamento com um papel mais ativo do Estado na defesa de estratégias nacionais. Sua fragilidade exposta na transição democrática e na falta de protagonismo evidente durante o período de reformas pró mercado deve-se em grande parte à sua incapacidade de formular plataformas incorporando demandas de outros setores e de interagir com a burocracia estatal também de forma autônoma. Por outro lado, o desempenho dos grupos econômicos e sua inserção no sistema político evidenciam o desenvolvimento de um arranjo institucional de representação particular às instituições que se consolidaram no país.

7. REFERÊNCIAS

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. Empresariado e Estratégias de Desenvolvimento. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, V.18, Nº 52, Junho 2003.

Diniz, Eli (org.), Empresários e Modernização Econômica - Brasil Anos 90, Florianópolis, Editora da UFSC, IDACON, 1993.

DINIZ, Eli Crise, Reforma do Estado e Governabilidade, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

EVANS, Peter. A Tríplice Aliança, as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.

MAXFIELD, S.; SCHNEIDER, B.R. Business and the state in developing countries. New York: Cornell University Press, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Empresários, suas Origens e as Interpretações do Brasil. Abril, 1994.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Modernização Incompleta e Pactos Políticos no Brasil. In Lourdes Sola e Leda Paulini, orgs. Lições da Década de 80. São Paulo: Edusp. 1995.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser, DINIZ, Eli. Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político. Novos Estudos, julho 2009.

SCHNEIDER, B.R. Economic liberalization and corporate governance: the resilience of business groups in Latin America. Comparative politics, 2008, p. 379-397.

SCHEINER, B.R., SOSKICE, D. Inequality in developed countries and Latin America: coordinated, liberal and hierarchical systems. Economy and Society, 38, 2009, p. 17-52.